

40° ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

GT 34 – Trabalho, Trabalhadores e Ação Coletiva

A Economia Solidária e o Mundo do Trabalho: quatro teses a partir de dados nacionais

Luiz Inácio Gaiger

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Outubro de 2016

A Economia Solidária e o Mundo do Trabalho: quatro teses a partir de dados nacionais

Luiz Inácio Gaiger¹

Resumo

Os peculiaridades da economia solidária diante do trabalho e das necessidades de inserção social são examinadas a partir de dados nacionais sobre os empreendimentos solidários e seus integrantes, de forma a situá-los no cenário econômico e social e considerar a sua evolução histórica. O estudo aponta quatro teses principais, referentes à impropriedade de tratar a economia solidária como unidade empírica, ao mister de considerar características latentes em tais iniciativas para captar suas lógicas instituintes, ao fato de não constituírem majoritariamente uma ação reativa a conjunturas de desemprego, e sim um refletirem ambientes com alguma estabilidade e confiança. Sustenta-se ainda que as estratégias dos trabalhadores, vincadas em trajetórias de vida e trabalho, condicionam suas expectativas e seu grau de participação na economia solidária, outorgando-lhe sentidos e papéis diversos.

Introdução

O termo *economia solidária* ganhou expressão e oficialidade no Brasil a partir dos anos 1990, à medida que despontaram iniciativas econômicas notabilizadas e reconhecidas por sua natureza associativa e suas práticas de cooperação e autogestão. Ao expandir-se, a economia solidária passou a abarcar diversas categorias sociais e variadas modalidades de organização, como unidades informais de geração de renda, associações de produtores e consumidores, sistemas locais de troca, comunidades produtivas autóctones, bancos comunitários e cooperativas populares, dedicadas à produção de bens, à prestação de serviços, à comercialização e ao crédito. Nos dias atuais, o termo evoca um conjunto amplo de organizações econômicas, de entidades representativas e de organismos da sociedade civil e do Estado; ele tem servido para designar, simultaneamente, um tipo peculiar de *empreendimento* econômico, um movimento social e uma área de intervenção política.

Estudos sobre a economia solidária no Brasil (Pinto, 2006; Gaiger et al., 2014) ou outros países (Cadena, 2005; Gardin, 2006), bem como análises em perspectiva comparada (Singer, 2002; França Filho e Laville, 2004; Gaiger e Santos, 2016), têm concluído que a primazia da solidariedade nos empreendimentos em tela manifesta-se principalmente na

¹ Agradeço a colaboração da Profa. Dra. Patrícia Kuyven, especialmente na extração e análise de dados.

socialização dos recursos produtivos, no envolvimento dos seus membros com a gestão cotidiana, na adoção de princípios de equidade e no engajamento dessas organizações e de suas entidades representativas em movimentos e mobilizações sociais. Quando estendida ao seu entorno, a solidariedade estimula práticas ampliadas de reciprocidade (Gardin, 2006; Gaiger, 2016), nos quais as vivências concretas de gestão do bem comum conferem um novo valor às noções de justiça e de interesse público. O agir coletivo da economia solidária institui então novos sujeitos no mundo do trabalho, nas estratégias de classe e nas lutas sociais, em resposta a anseios de bem-estar, reconhecimento e vida significativa (Veronese, 2008).

Nas duas últimas décadas, a economia solidária se fez presente como tema de atenção das Ciências Sociais, em particular no âmbito de estudos sobre desigualdades, relações de trabalho, movimentos sociais, economia popular e políticas públicas. Além de se haver convertido em foco de pesquisa de programas de pós-graduação consolidados, ela passou a integrar a agenda de encontros científicos de prestígio, como aqueles da SBS, da AILP e da ANPOCS, merecendo ao lado disso resenhas temáticas (Leite, 2009; Lima, 2012; Gaiger, 2013) e balanços das questões de pesquisa mais visadas e daquelas ainda merecedoras de atenção (Gaiger, 2012); nesse último caso, por serem questões menos evidentes à luz dos quadros teóricos habitualmente utilizados ou em razão de certas restrições metodológicas, entre elas a insuficiência de dados abrangentes sobre tais iniciativas, especialmente no tocante ao perfil dos empreendimentos solidários e dos seus integrantes.

Além disso, observa-se nesse campo uma predominância de estudos qualitativos que se contentam amiúde com uma abordagem por assim dizer *casuística* dessas experiências, focalizando casos circunscritos a suas circunstâncias específicas, em cuja análise se dá em geral um valor decisivo ao relacionamento direto do pesquisador com as realidades em estudo. Quando feitas com profundidade, tais investigações captam singularidades relevantes, mas se revelam inapropriadas para generalizar seus resultados e contribuir significativamente para dimensionar os traços predominantes da economia solidária, delinear suas tendências ou identificar os óbices e fatores de propulsão mais importantes, conforme já destacamos anteriormente (Gaiger, 2013).

A carência de informações estatísticas, aliada à tradição de estudos qualitativos, retardou o desenvolvimento de um olhar global sobre a economia solidária, no sentido de dimensioná-la e situá-la no espectro amplo da economia, do mercado de trabalho e das estratégias de trabalhadores rurais e urbanos (Gaiger, 2014). Essa comunicação tenciona contribuir com o preenchimento desses hiatos, por meio de elementos de reflexão sobre duas fontes de dados empíricos representativos, mas pouco exploradas pelos estudiosos da economia solidária e temas afins.

De um lado, trata-se da caracterização demográfica, econômica, social e política de 20 mil empreendimentos solidários, realizada no escopo do segundo Mapeamento Nacional da Economia Solidária no Brasil, entre 2010 e 2013. A base de dados resultante dessa coleta de informações foi objeto de tratamento e validação por uma equipe coordenada pelo autor dessa comunicação, em convênio com a Secretaria Nacional de Economia Solidária, SENAES. De outro lado, temos em vista as informações oriundas de uma pesquisa amostral executada em 2013 por meio de um levantamento estatisticamente representativo, em quinze Unidades da Federação, feito por meio de um questionário aplicado a sócios e sócias dos empreendimentos solidários. Essa pesquisa foi coordenada igualmente pelo autor desse trabalho, no âmbito do mesmo convênio. Dela resultou uma base de dados, procedentes de 2.985 informantes (Gaiger *et al.*, 2014)².

Não obstante sejam de acesso público, como parte integrante do Sistema de Informações sobre a Economia Solidária (SIES)³, essas bases de dados não vêm sendo regularmente exploradas pela comunidade científica, com poucas exceções (Kruppa *et al.*, 2012; DIEESE, 2015). Tampouco têm sido utilizadas com vistas ao exame de algumas questões de interesse, como o associativismo entre trabalhadores rurais, as formas de mutualismo em periferias urbanas, as estratégias socioeconômicas de populações tradicionais e as novas tendências de ação coletiva de trabalhadores. Além de conterem dados pertinentes a esses e outros temas, os dados do SIES permitem análises de ordem geral e preliminar, a começar pela demografia dos empreendimentos solidários e das pessoas associados, com vistas à identificação de seus principais tipos e seus perfis predominantes, sua

² A pesquisa amostral contou com recursos adicionais do CNPq. Informações sobre a metodologia do mapeamento e da pesquisa amostral, assim como publicações correlatas, podem ser obtidas no site do Projeto: <http://sies.ecosol.org.br/>.

³ As informações do SIES podem ser consultadas no recentemente lançado *Observatório Nacional da Economia Solidária e Cooperativa*, sob a responsabilidade do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, DIEESE: <http://ecosol.dieese.org.br/>.

distribuição regional, suas relações com a fisionomia local e regional da economia ou, ainda, quanto às formas de inserção em movimentos sociais, iniciativas comunitárias, redes e fóruns. A bem da verdade, os resultados da pesquisa amostral sobre sócias e sócios dos empreendimentos solidários permanecem inéditos nesse instante, embora possam ser tomados como esteio principal ou como linha auxiliar para a caracterização dos trabalhadores da economia solidária, de suas trajetórias sociais e de suas vidas de trabalho, procedendo-se então ao exame das razões de sua entrada, atuação e permanência nos empreendimentos solidários.

Diante desse panorama, aqui brevemente sumariado, nosso objetivo é trazer à discussão do Seminário Temático uma linha argumentativa delineada em quatro pontos principais, ou *teses*, nas quais atualmente seguimos trabalhando a partir das bases de dados do SIES. Essas teses relacionam-se a linhas investigativas traçadas há mais tempo, com resultados parcialmente amadurecidos no plano teórico-conceitual (Gaiger, Ferrarini e Veronese, 2014) e mediante estudos de tópicos de atualidade, como a dimensão democrática e política da economia solidária (Miranda, 2011) ou a sua contribuição para a renda dos trabalhadores e a redução dos índices de pobreza (Kuyven 2016). As quatro teses serão discutidas nas próximas seções, a última encerrando-se com algumas considerações de ordem mais geral.

1. Múltiplas formas de solidariedade econômica

A primeira tese refere-se ao fato de que, em razão de sua diversidade e heterogeneidade, os empreendimentos de economia solidária não comportam uma apreensão única, capaz de abrangê-la globalmente em suas manifestações empíricas. No plano conceitual, a sua unicidade é justificável apenas mediante perspectivas determinadas *ex ante*, via adoção de prismas de análise que requerem e possibilitam recortes teórico-metodológicos. Em outros termos, do ponto de vista das suas células de base, a economia solidária não forma exatamente um todo, um setor ou um campo específico de iniciativas de natureza social e econômica com razoável grau de uniformidade. Ela compreende um aglomerado de iniciativas que se desenvolveram desde os anos 1980 a partir de vertentes independentes, passando em um segundo momento por um processo de reconhecimento recíproco e de gradativa unificação, por razões e dinâmicas antes de natureza sociopolítica, a seguir por razões de Estado e, por fim, como temática de estudos. Quanto a esses últimos, a unidade

objetal da economia solidária preserva-se com propriedade somente do ponto de vista dos aspectos teoricamente significativos para cada enfoque analítico empregado, ou quando o processo histórico de unificação política da economia solidária, com suas linhas de força e suas contradições, constitui o próprio objeto investigado.

Os dados do SIES evidenciam essa heterogeneidade, além de contradizerem algumas convicções usuais. Demonstram, por exemplo, que a economia solidária não incorpora trabalhadores urbanos e desempregados do mercado formal como setores predominantes. Indicam ademais que os empreendimentos cumprem funções variadas, com frequência mais centrais para adesão dos seus membros do que o trabalho e a geração de renda.

O SIES contém informações sobre quase 35.000 empreendimentos econômicos solidários (EES), provenientes de dois mapeamentos nacionais cuja finalidade foi abarcar o maior número de organizações econômicas solidárias. Buscou-se chegar a lugares recônditos do país e converter os protagonistas das mais diversas experiências em atores visíveis e reconhecidos. Para adentrar zonas rurais e áreas remotas do território nacional, tomaram parte do primeiro mapeamento 230 entidades e centenas de entrevistadores, em um trabalho de três anos, de 2005 a 2007; o segundo mapeamento, com metodologia similar, estendeu-se por quatro anos, finalizando-se em 2013⁴.

Para listar sua população-alvo, os mapeamentos adotaram um conjunto de critérios, com base um acordo nacional prévio em relação às características definidoras dos EES. A primeira, que fossem organizações coletivas suprafamiliares, com ao menos dois sócios e com atuação econômica permanente. A segunda, que fossem associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de troca, etc., cujos participantes realizem coletivamente a gestão das atividades e a alocação dos seus resultados, com emprego apenas ocasional ou minoritário de trabalhadores não associados. A terceira condição referia-se a organizações com ou sem registro legal, prevalecendo a sua existência real ou o seu funcionamento regular. O quarto critério estabelecia que as organizações realizassem atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito, de comercialização (compra, venda e troca de insumos,

⁴ Saliente-se que a realização dos mapeamentos nacionais apenas se tornou possível graças à colaboração de dezenas de entidades, de inúmeros órgãos públicos e, muito especialmente, de redes e fóruns que se instituíram na última década, como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, a União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES e a Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária – ANCOSOL, entre outros.

produtos e serviços) e de consumo solidário. A quinta e última baliza, introduzida no segundo mapeamento, excluía as organizações complexas ou de segundo nível, as quais deveriam ser inferidas a partir dos vínculos apontados pelos empreendimentos singulares. A crítica dos dados e diagnósticos preliminares indicaram que os EES mapeados, em sua expressiva maioria, correspondiam aos critérios de entrada, evidenciando ademais traços mínimos tanto de solidarismo quanto de empreendedorismo econômico (Gaiger, 2007; Gaiger et al. 2014).

Voltando então ao cerne da primeira tese proposta, podemos nos debruçar com alguma brevidade sobre dados centrais da demografia dos EES. A constatação inicial é de que os EES encontram-se disseminados no território nacional, em todas as Regiões e Estados. Um dos aspectos de interesse a respeito é a área de atuação dos EES: conforme dados do segundo mapeamento⁵, o espaço rural prevalece como área de atuação, contendo 54,8% dos EES. A área urbana corresponde a 34,8% deles, enquanto 10,4% dos EES atuam simultaneamente no espaço rural e urbano. A diferença se dilata ao compararmos o contingente humano associado aos EES: 48% dos membros associados localizam-se na zona rural, contra 30% na zona urbana. A diferença entre o espaço rural e urbano, de exatos 20% no caso dos EES, é um fato relacionado com a forma de organização jurídica. As associações constituem uma forma de organização típica dos EES rurais, os quais tradicionalmente possuem como integrantes pequenos agricultores familiares que se unem para utilizarem equipamentos e recursos produtivos, para aumentarem seu poder de barganha diante de fornecedores ou para comercializarem seus produtos. Enquanto as associações predominam em área rural, os grupos informais concentram-se na área urbana e as cooperativas se dividem entre ambas, com presença ligeiramente maior no espaço urbano.

Essas relações também incidem sobre a principal atividade econômica *coletiva* dos EES, uma das variáveis mais importantes do mapeamento: após terem enumerado as diversas atividades econômicas que realizam coletivamente, os EES indicaram qual delas era a principal⁶. Observa-se uma predominância de EES dedicados prioritariamente à produção

⁵ Doravante, quando não especificado, os dados em análise referir-se-ão ao segundo mapeamento.

⁶ As opções eram: 1. *Troca de produtos ou serviços* (incluem-se aqui os EES que utilizam moedas sociais para mediar as trocas); 2. *Produção e comercialização* (atividades de processamento, beneficiamento, coleta ou fabrico de produtos, com sua respectiva comercialização); 3. *Comercialização* (realizam principalmente a comercialização de produtos ou serviços dos sócios ou de terceiros, originados fora do

de bens (atividade que usualmente envolve a comercialização), totalizando 56,2%. Bem abaixo desse percentual, estão os EES dedicados ao consumo ou uso coletivo de bens e serviços pelos sócios, com 20%. A seguir, têm-se os EES apenas de comercialização, abarcando 13,3%, e aqueles de prestação de serviço ou trabalho a terceiros, com 6,6%. Os últimos dois tipos são claramente minoritários: os EES de troca de produtos e serviços, com 2,2%, e os de poupança, crédito ou finanças solidárias, com 1,7%.

As atividades de consumo e uso coletivo de bens e serviços concentram-se fortemente no espaço rural (85% desses EES são rurais), bem como a troca de produtos e serviços e as atividades de poupança, crédito ou finanças solidárias. No espaço urbano, predominam EES de prestação de serviços ou de trabalho a terceiros (64% deles são urbanos) e as atividades de comercialização, embora essas também se realizem no espaço rural. A atividade de produção divide-se com algum equilíbrio entre o espaço rural e o espaço urbano. Por sua vez, as atividades realizadas simultaneamente em área urbana e rural são, principalmente, as de finanças solidárias, de prestação de serviços ou trabalho a terceiros e de comercialização, sempre correspondendo a menos de 1/5 desses segmentos.

Perfazendo o círculo, a atividade econômica coletiva principal relaciona-se também com a forma de organização adotada pelos EES. A atividade de produção, predominante entre os EES, é uma característica ainda mais acentuada nos grupos informais, chegando a 70,3%. Já o consumo ou uso coletivo de bens e serviços é atividade mais frequente das associações (abrangendo 1/3 delas). A atividade de comercialização se distribui de modo mais homogêneo, com algum destaque entre as cooperativas. A prestação de serviços ou trabalho a terceiros também cresce entre as cooperativas, mas reparte-se igualmente, com percentuais menores, entre os grupos informais e as associações.

Seria adequado situar na década de 2000 o momento de organização política da economia solidária, por meio dos fóruns regionais, estaduais e nacional, como também sua entrada na agenda pública e seu reconhecimento em políticas de governo. Recuando uma década, as primeiras articulações entre empreendimentos e organizações de apoio, ao lado de um crescente interesse acadêmico, confluíram nos anos 1990 para o termo “economia

EES); 4. *Prestação de serviços ou de trabalho a terceiros* (isto é, para não-sócios, sejam eles clientes individuais, famílias, empresas, órgãos públicos, etc.); 5. *Poupança, crédito ou finanças solidárias* (incluindo cooperativas de crédito, fundos rotativos e bancos comunitários.); 6. *Consumo ou uso coletivo de bens e serviços* (a exemplo das cooperativas de consumo, habitacionais ou de eletrificação).

solidária” como forma de designar e integrar as diversas experiências. O período marca também o início do boom de empreendimentos e o aparecimento de iniciativas conexas, como as empresas recuperadas pelos trabalhadores (Chedid et al., 2013) e as redes de comercialização (Ribeiro, Galizoni e Assis, 2012), cujo crescimento estendeu-se ao menos até 2010, à luz das informações disponíveis (Gaiger et al., 2014).

Esses fatos sedimentaram uma compreensão generalizada da economia solidária como um fenômeno recente. Prestou-se menor atenção à anterioridade de muitas iniciativas registradas pelo mapeamento, cuja presença numérica em décadas passadas presumível ou sabidamente foi bem maior, como as cooperativas de consumo ou a vasta plêiade de associações que se disseminaram ao longo do séc. XX como estruturas de suporte à vida social e econômica. O exame da gênese da economia solidária nos deve remeter a esses antecedentes. As experiências mais antigas parecem ter sido revitalizadas ou renovadas pela profusão das iniciativas mais recentes, segundo linhas evolutivas cujas pegadas ficaram registradas no SIES. Como indica a figura 1, várias experiências historicamente relevantes de organização socioeconômica, desenvolvidos desde o final do séc. XIX, deixaram seu testemunho através de exemplos ainda *vivos* mapeados no período de coleta dos dados.

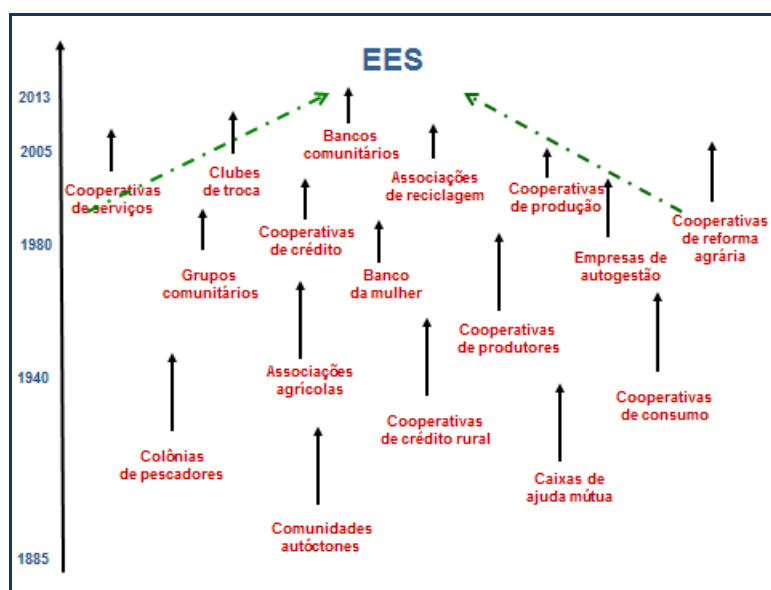


Figura 1 – A arqueologia da economia solidária

Em termos globais, entre os EES registrados no primeiro mapeamento, 11% funcionavam ao menos há 15 anos e quase 23%, há 10 anos; no segundo mapeamento, a fração de EES

mais antigos se incrementa: 19% deles tinham ao menos 15 de funcionamento e mais de 30%, no mínimo 10 anos. Um caso peculiar, ilustrativo das raízes e das razões de ser pouco conhecidas da economia solidária, é trazido à tona pela notável concentração de EES em regiões interioranas do Nordeste, em particular sob a forma de associações. Nessa Região, 72,2% dos EES atuam na zona rural e 74,2% adotam a forma jurídica associativa. As associações rurais no Nordeste totalizam 83,5% dos EES rurais e 81% das associações, sendo então a figura predominante. Mas também a mais antiga: enquanto os EES do Nordeste com mais de 15 (24%) ou mais de 10 anos (39%) superam globalmente os percentuais nacionais, as associações rurais vão mais longe, pois 28,7% possuíam em torno de 15 anos de atividade e 48%, ao menos 10 anos, no período do mapeamento. Os dados sinalizam a existência de uma vertente associativa ignorada pelas interpretações correntes centradas nas origens sulinas do associativismo e do cooperativismo, por conta da imigração europeia iniciada no séc. XIX. Um fato por demais saliente, ademais, é que 20% dos sócios dos EES mapeados no território nacional encontram-se nas associações rurais do Nordeste. É plausível supor que nessa Região teve lugar um associativismo popular autóctone, desvinculado em parte das estruturas de dominação política, a merecer a mesma atenção dedicada ao coronelismo e ao clientelismo oligárquico.

Devemos então evitar uma abordagem meramente conjuntural da solidariedade popular, bem como explicações monocausais que tendem a padronizar as suas manifestações pelo fato de refletirem um fator gerador pretensamente comum. Conviria buscar entendê-la antes como um desdobramento de trajetórias humanas que predispueram determinadas categorias sociais ao agir coletivo, a despeito das circunstâncias que possam ter refreado ou estimulado tal conduta. Pesquisas anteriores ao mapeamento já o haviam demonstrado (Gaiger, 2004), bem como estudos qualitativos, a exemplo de uma análise diacrônica de dados reunidos em um lapso de 20 anos sobre essas experiências de solidariedade, com o objetivo de discernir seus agentes dinâmicos e suas linhas evolutivas (Gaiger e Corrêa, 2010).

A multiplicidade de trajetórias reflete-se na diversidade social dos membros dos EES, indicada no Gráfico 1 com informações da pesquisa amostral⁷. A face rural da economia

⁷ A pesquisa amostral, estatisticamente representativa, observou um intervalo de confiança e margens de erro aceitáveis. No entanto, a amostragem foi aplicada a 15 UF, não a todo o território nacional. Para o restante do país, os dados servem como uma base de projeção por inferência, adequada à condição de não

solidária fica novamente estampada, enquanto os perfis predominantes não dão guarida a uma percepção da economia solidária como refúgio para uma população trabalhadora flutuante ou alijada do mercado formal de trabalho assalariado. A esse ponto voltaremos adiante, mas vale acrescentar que, no correr de duas décadas, novas categorias sociais aproximaram-se da economia solidária ou tornaram-se visíveis como seus integrantes natos, por vezes reconhecidos em sua ancestralidade. Pescadores artesanais, ribeirinhos, quilombolas, povos indígenas, seringueiros e outras categorias pertencentes aos povos e comunidades tradicionais entraram em cena, trazendo novas frentes de reivindicação e ampliando o leque da ação pública. Outro caso digno de nota refere-se aos beneficiários de políticas sociais (beneficiários de prestações continuadas, populações vulneráveis, pessoas com deficiência ou transtorno mental, etc.), à medida que o mapeamento e estudos sucessivos acusaram sua presença na economia solidária e tais segmentos passaram a organizar-se, a exemplo do cooperativismo social (Cayres e Rimoli, 2012).

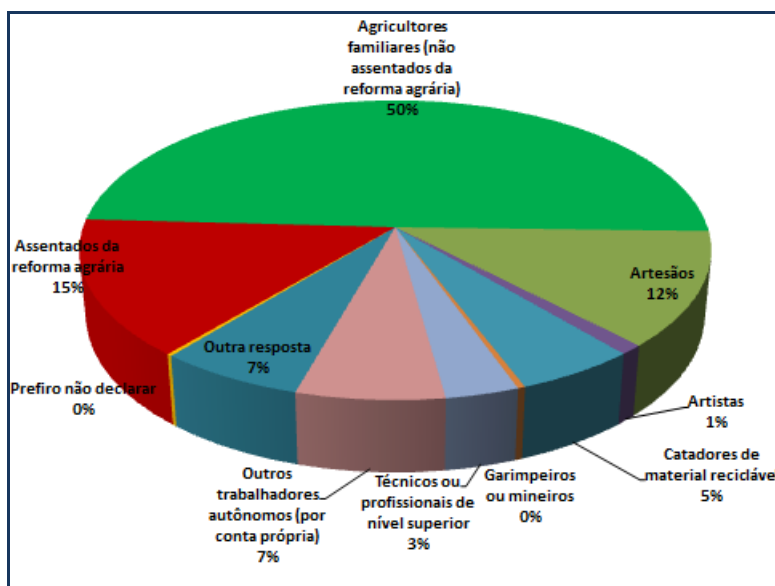


Gráfico 1 – Categorias socioprofissionais das sócias e sócios dos EES

Seria justo dizer que, em lugares perdidos do interior do país ou em periferias urbanas, populações vivem em circuitos sociais e econômicos quiçá sem maior interesse sob a

existirem dados já conhecidos ou razões sabidas para imaginarmos que as características em análise diferem de uma Região ou de uma UF para outra. Assim, os percentuais de informantes mulheres e homens, respectivamente 46% e 54%, são muito próximos dos percentuais de mulheres e homens apurados pelo segundo mapeamento: 44% e 56% já que a proporção de pessoas do sexo feminino e masculino, no Brasil, não depende da UF ou da Região. Não seria possível, porém, confrontar os dados do mapeamento com aqueles da pesquisa amostral com o objetivo de corrigir uns pelos outros ou chegar a um valor mais correto, calculando uma média entre os dois tipos de informação. O que faremos, então, é colocar os dados em paralelo, sem qualquer cruzamento matemático entre eles.

ótica da economia capitalista moderna, mas de valor inestimável como repositórios de formas solidárias de vida que se alimentam da coesão social primária e a transpõem a sistemas mais amplos, sustentados na reciprocidade (Gaiger, 2016). Essas práticas de solidariedade não constituem formas anacrônicas, pois cumprem funções indispensáveis à sobrevivência e integridade de populações e dão suporte a modalidades de organização mais recentes que, tomando a frente, são identificados espontaneamente com a economia solidária.

2. Tipologia e lógicas instituintes

Essas constatações remetem à segunda *tese*, segunda a qual a economia solidária não fica adequadamente caracterizada com base em suas características aparentes, como a forma jurídica adotada, a atividade econômica ou a predominância de uma ou outra categoria socioprofissional. Para lograr uma tipologia dos empreendimentos que vá além desses traços, sendo capaz de distinguir *tipos* de EES de acordo com fatores de propulsão e lógicas instituintes específicas, é necessário lançar mão de princípios de ordenamento que conjugam vários aspectos, nem sempre visíveis.

Por certo, tipologias não retratam apenas as diferenças patentes. Sua finalidade reside em ordenar incontáveis diferenças e similitudes perceptíveis empiricamente, hierarquizando-as de modo que configurem grupos com singularidades que se imaginam explicativas de suas respectivas dinâmicas. Por isso, as tipologias baseiam-se em hipóteses sobre o que importa diferenciar, segundo o conhecimento prévio e a abordagem proposta. Todavia, o intuito de separar e distinguir defronta-se com dificuldades consideráveis no caso da economia solidária. Em primeiro lugar, os EES desenvolvem atividades simultâneas, associadas muitas vezes a finalidades extraeconômicas, não sendo trivial identificar a atividade prioritária que tipificaria a sua natureza. Em segundo lugar, os EES apresentam via-de-regra respeitável complexidade estrutural e funcional, pois combinam atividades coletivas e individuais, cujo valor, complementar ou essencial, pode variar para os membros. Adicionalmente, as fronteiras do econômico constituem em si mesmas um problema conceitual antigo (Coraggio, 2009), sendo suas delimitações habituais claramente inadequadas à economia popular.

Apesar disso, tipologias podem cumprir um passo necessário para objetivar respostas à questão da natureza e do sentido da economia solidária, abrindo campo para elucidar os motivos e as condições de adesão de trabalhadores a essas iniciativas. Em resultado de análises já empreendidas nessa direção, podemos divisar cinco tipos⁸ principais de EES, de acordo com a principal finalidade social e econômica que cumprem para os seus próprios membros. Essa finalidade, como veremos, corresponde a situações de trabalho e renda distintas, a categorias sociais específicas do ponto de vista de suas ocupações e de seu perfil socioprofissional. Resumidamente, esse são os tipos e as suas características principais:

- I. *EES de provimento de serviços e desenvolvimento comunitário*: sua atividade coletiva principal tem por objetivo aportar bens, serviços e benefícios em prol do bem-estar de seus membros (como crédito financeiro, itens de consumo doméstico, serviços socioculturais e educativos) ou fomentar o desenvolvimento associativo e comunitário da localidade em que se encontram os EES. Corresponde a 8,8% dos EES registrados no mapeamento. Nele se concentram os EES mais antigos, com 10 a 30 anos de existência. Localizam-se predominantemente em meio rural e seus membros são, principalmente, agricultores familiares, seguidos de beneficiários de políticas sociais e de integrantes de povos ou comunidades tradicionais, como ribeirinhos. Entre as razões declaradas para a sua criação, ou para a adoção do formato jurídico constatado na coleta de dados, salienta-se a busca de apoio financeiro e técnico oferecido por programas governamentais e entidades civis, ao lado de motivações filantrópicas e engajamentos comunitários. Em seu corpo social predominam homens, que participam do EES sem que, para a grande maioria, isso caracterize uma ocupação laboral e uma fonte de renda.

A gama de bens e serviços prestados é muito variada, compreendendo finanças (serviços financeiros gerais, repasse de benefícios sociais, crédito pessoal e produtivo), consumo (hortas comunitárias, confecção de artigos domésticos, elaboração de alimentos), serviços sociais (abastecimento de água, cursos de formação profissional, serviços de saúde, transporte, atividades de arte e lazer) e desenvolvimento associativo (elaboração de projetos, construção e manutenção de

⁸ Além dos cinco tipos mencionados a seguir, há um tipo residual equivalente a 8,7% dos EES, que foram contabilizados para essa análise apenas quando se declararam em “funcionamento normal” (N = 17.776).

sede social e de espaços físicos comunitários, rádios comunitárias e provimento de acesso à internet).

- II. *EES de apoio à atividade produtiva dos sócios*: sua atividade coletiva principal aporta serviços, recursos ou benefícios para as atividades econômicas individuais ou familiares dos seus integrantes, em itens como troca de produtos, remuneração pelas vendas, comercialização e uso coletivo de equipamentos ou de infraestrutura produtiva. Tipo equivalente a 17,9% dos EES, também apresenta predomínio do meio rural e concentra iniciativas antigas, com 10 a 20 de funcionamento e média de tempo de atividade ligeiramente inferior ao Tipo I. O principal motivo de sua criação ou eventual formalização relaciona-se com o acesso a financiamentos e outras formas de apoio à atividade econômica dos sócios. A proporção de sócios que trabalham no EES é maior do que no Tipo I. No entanto, para a sua maioria igualmente não se trata de uma fonte de remuneração direta. Além de uma alta predominância de agricultores familiares, nota-se a presença proporcionalmente maior de alguns povos ou comunidades tradicionais - caso dos quilombolas - em relação aos demais tipos.

Os EES do Tipo 2 atuam principalmente no apoio a atividades agropecuárias, fornecendo máquinas, instalações, implementos e insumos diversos, além de formas tradicionais de compartilhamento de terras produtivas, como os fundos de pasto, e de equipamentos coletivos, como as casas de farinha, comuns no interior do país. Oferecem produtos e serviços técnicos especializados, sobretudo contábeis, agrônômicos e veterinários. Muitos EES dedicam-se à comercialização da produção individual dos sócios, nesse caso incluindo pescadores artesanais e catadores de material reciclável, quando também assumem funções de geração de trabalho e renda. A presença de mulheres sócias é inferior a dos homens, fato que reflete a divisão sexual do trabalho e os padrões culturais ainda vigentes em zonas rurais.

- III. *EES de trabalho e geração de renda primordiais para os sócios*: sua atividade coletiva principal consiste na produção de bens, na comercialização ou na prestação de serviços e representa a ocupação e a fonte de ingresso mais importantes para os membros do EES. Essa atividade desenvolve-se, ao menos parcialmente, com base

na socialização dos meios de produção e na coletivização do trabalho, nas tarefas de execução ou gestão. Esse Tipo abrange 18,9% dos EES, predominantemente localizados no universo urbano, com EES mais recentes do que a média geral do mapeamento, prevalecendo desta feita aqueles com até 15 anos de funcionamento. Sua motivação imediata principal é a defesa contra o desemprego, mas também a busca de alternativas de organização econômica em que os trabalhadores sejam donos do negócio, sem depender de patrões ou de terceiros. Quase a totalidade dos sócios trabalha nos EES, em setores econômicos ligados à agricultura e serviços relacionados, à fabricação de produtos alimentícios e produtos diversos, além do comércio varejista.

O traço principal desses EES é serem de trabalho, empregado majoritariamente na produção de bens, caso em que predominam associações e, com menor proporção, empreendimentos informais. Cooperativas e empresas mercantis também figuram nesse segmento, com frequências significativas em relação aos seus números totais no mapeamento. Um número menor de EES do Tipo III dedica-se à prestação de serviços, caso em que predominam as mesmas formas de organização dos EES de produção, com presença proporcionalmente mais destacada das cooperativas. A terceira atividade de trabalho desses EES relaciona-se à comercialização, com destaque nesse caso para associações e empreendimentos informais.

- IV. *EES de complementação de trabalho e renda*: sua atividade econômica principal relaciona-se com a produção de bens, a comercialização ou a prestação de serviços, mas representa uma ocupação e uma fonte complementar de renda para os sócios, cuja remuneração principal vincula-se a outra atividade econômica ou provém de rendimentos independentes do trabalho. Esse Tipo abrange 20,2% dos EES, com maior proporção em áreas urbanas. Trata-se de EES em média mais recentes, com menos de 10 anos de atividade. Sua motivação principal consiste em dispor de uma fonte suplementar de renda, sendo o número de sócios que trabalham nos EES ligeiramente inferior ao Tipo III. Os setores econômicos principais em que atuam são praticamente idênticos em ambos os Tipos. Entre seus integrantes, cresce o número de aposentados ou pensionistas e, principalmente, a proporção de sócias mulheres.

Os EES do Tipo IV dedicam-se quase exclusivamente à produção de bens, havendo apenas alguns casos de EES de prestação de serviços ou de comercialização. Contrariamente ao Tipo III, desta feita predominam empreendimentos informais, seguidos por associações e, em terceiro lugar, por cooperativas. Empresas mercantis⁹ aparecem com um nível mínimo de significância apenas entre os EES de produção. Embora em alguns casos esses EES possam elevar os rendimentos de trabalho que oferecem, adquirindo maior importância e convertendo-se em EES do Tipo III, essa não é a tendência geral. A expectativa dos sócios, decorrente de suas fontes atuais de renda e de suas possibilidades de inserção produtiva, somada às fragilidades desses EES, em geral pequenos, informais e com baixos rendimentos, são fatores que não os levam a assumir um papel econômico preponderante para seus integrantes.

- V. *EES com remuneração insuficiente dos sócios*: sua atividade econômica não difere dos anteriores, compreendendo produção, prestação de serviços e comercialização, mas desta feita não logram gerar renda adequada para os sócios. Perfazem 25,5% do total, localizando-se em áreas rurais e urbanas. Entre os motivos de sua criação, destacam-se como singularidades o objetivo de recuperar empresas privadas falidas - o que redundava no fenômeno das fábricas recuperadas pelos trabalhadores, com os incontáveis problemas que enfrentam - e o propósito de fortalecer grupos étnicos, relacionado à presença de povos e comunidades tradicionais na economia solidária. Suas dificuldades de remunerar adequadamente os sócios transparecem no fato de ¼ desses, em média, não dispor de trabalho nos EES. Cerca 40% dos EES possuem um ou mais sócios sem trabalho, a remuneração dos demais sendo considerada insuficiente, por ser muito baixa ou descontínua. Seu faturamento médio é inferior aos tipos precedentes, assim como as garantias e direitos sociais que oferecem.

Os setores de atividade do Tipo V não diferem essencialmente dos Tipos III e IV, mas seu faturamento médio mensal é nitidamente inferior, da mesma forma que as garantias e direitos sociais que oferecem a seus trabalhadores. Quase sua totalidade trabalha na produção de bens, caso em que predomina o regime jurídico da associação. Há também um número considerável de EES informais e uma parcela

⁹ As empresas ou sociedades mercantis figuram no mapeamento como um formato jurídica minoritário, equivalente a apenas 0,6% dos EES.

menor de cooperativas. Os EES de prestação de serviços dividem-se entre associações, mais frequentes, e informais.

É imaginável que o Tipo V corresponda a uma fase inicial de funcionamento dos EES de trabalho e geração de renda, cuja evolução posterior os conduziria ao Tipo III ou IV. Entretanto, nem sempre é assim, pois há EES do Tipo V com vários anos de atividade. Trata-se nesses casos de um padrão organizacional, não apenas de dificuldades momentâneas. O fato é, no mínimo, revelador da magnitude dos desafios econômicos, sociais e culturais a serem vencidos por essas iniciativas. Esse quadro adverso e persistente afeta a economia dos setores populares de um modo geral, como bem demonstram os elevados indicadores de insolvência e mortalidade das micro e pequenas empresas no Brasil (SEBRAE, 2007).

Todos os tipos apresentam considerável envolvimento social e político, em redes, fóruns e movimentos sociais. É justo dizer que os EES dos Tipos I e II ocupam-se com o provimento de bens e serviços a seus integrantes e ao meio circundante, constituindo-se como organizações de usuários e consumidores com foco em uma dada missão social. Enquanto isso, os EES dos Tipos III e IV constituem iniciativas de produtores e trabalhadores, dando ênfase à sua finalidade econômica de geração de trabalho e renda. Os dois primeiros tipos, com EES há mais tempo em funcionamento, precederam os demais, mas não é menos verdade que entre os EES de geração de trabalho e renda existiam experiências com mais de dois lustros na época do mapeamento, portanto anteriores à eclosão da economia solidária, verificada ao final dos anos 1990.

3. O papel motor das aspirações

As considerações feitas sobre a tipologia introduzem a terceira *tese*: a economia solidária não é apreensível adequadamente como uma resposta dos trabalhadores ao desemprego e às oscilações do mercado de trabalho, ou mesmo a momentos de retração econômica. Os dados sobre a evolução do número de EES indicam tendências de expansão quando a oferta do mercado de trabalho não estava em momentos críticos. As análises conduzem-nos a reinterpretar o crescimento dos EES e a maior adesão dos trabalhadores, usuários e consumidores a essa alternativa de organização econômica - quiçá promissora, mas de resultados incertos – como reflexo não de maior, mas de *menor* instabilidade econômica,

aliando-se a isso um ambiente estimulador da confiança, conforme prenunciado por Kalecky (1983). Em outras palavras, não poderíamos tratar a questão meramente como um problema de necessidades, sem ao menos admitir que elas são relativas, variam conforme as prioridades, segundo aquilo que se julga mais relevante e do que se pode, conforme as circunstância, ousar atingir. Em suma, dependem também das aspirações dos indivíduos.

Não basta que a economia e o mercado capitalista restrinjam ou mesmo suprimam para boa parte da população as alternativas de ocupação e renda ou as perspectivas de vida que usualmente oferecem. É preciso que alternativas concorrentes com as convencionais sejam atrativas, viáveis, motivantes. O custo/benefício deve parecer vantajoso, de um ou mais pontos de vista. E quando alternativas inusuais são julgadas de muito valor, mas seu custo também é elevado, o crescimento da economia capitalista, ao criar um cenários de maior segurança que estimulam riscos e facilitam o emprego flexível e combinado de múltiplas estratégias, pode vir a ser benéfico. Nesses casos, talvez não a recessão e a precarização, mas seus contrários, sejam um estimulante para a expansão da economia solidária.

Além disso, as determinações estruturais não explicam escolhas não convencionais de modo independente dos valores, das formas de sociabilidade e dos novos fatos gerados pelos próprios atores sociais em questão. Entre a precarização, ou a pauperização, e as lutas sociais, há uma produção de experiências e idealizações, cujo percurso e desenlace não se encerram no quadro das condições objetivas. A subjetividade – ou a identidade forjada na trajetória de trabalho e nos envolvimento coletivos – ao produzir sentidos para o ator, o impulsiona à ação e contribui decisivamente para que atribua significados valiosos ao que sente como estando ao alcance de suas experiências.

À luz dos dados, a hipótese de que a economia solidária explica-se como uma alternativa ao desemprego a rigor não é desmentida, pois 46,2% dos informantes citaram ter sido esse *um* (não o único)¹⁰ dos motivos de criação dos EES. Contudo, outras motivações aparecem simultaneamente, como a busca de renda complementar (48,8%), a obtenção de maiores ganhos (não estritamente econômicos) em um empreendimento associativo (43%), o desenvolvimento de uma atividade em que “todos sejam donos” (40,7%), o

¹⁰ A pergunta era de resposta múltipla.

desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades (28,6%), o acesso a financiamentos (21%) e a prática da filantropia (19,3%), entre os mais citados.

Essas respostas são consistentes com a natureza dos EES discriminados pela tipologia. Eles foram vistos preponderantemente como uma fonte primordial de renda para os sócios – e como suposto amparo contra o desemprego - principalmente quando sua atividade econômica era a prestação de serviços ou trabalho a terceiros (66,1% dos casos); a seguir, quando se dedicavam à comercialização (50,2%) e, por fim, quando sua atividade coletiva principal era a produção (45,8%). A forma jurídica também interfere no papel primordial que os EES cumprem para seus membros. De forma sintética, os dados demonstram que as empresas mercantis e as cooperativas se identificam com a finalidade de gerar a renda primordial dos sócios, especialmente nos EES de prestação de serviços ou trabalho a terceiros, quando essa característica alcança 78,9% para as sociedades mercantis e 77%, para as cooperativas. Nos grupos informais, o fito de gerar renda complementar prevalece, chegando ao máximo de 53,2% entre os EES de produção. Caberia acrescentar que os grupos informais também se destacam na função de completar rendimentos de aposentadorias ou pensões, estando acima dos demais nesse quesito, ao passo que as associações ficam divididas, servindo a múltiplos objetivos.

Frente a motivações não exclusivas, mas concomitantes, as cooperativas estão mais vinculadas também às ideias de autogestão e a questões ligadas ao trabalho e à formação profissional. As associações uma vez mais ficam em posição intermédia, destacando-se no quesito de busca de financiamentos e apoios. Os grupos informais se distanciam dessa perspectiva e respondem, com maior frequência, à busca de uma fonte complementar de renda ou de uma alternativa ao desemprego. Nas entrelinhas, mais do que nos grandes números, os dados sugerem que a economia solidária responde a variadas aspirações, cevadas na inconformidade dos trabalhadores com a condição secular de subalternidade, e igualmente em sua avaliação positiva de experiências de maior autonomia, seja no contexto próprio da economia solidária, seja naquele de experiências precedentes.

A análise comparativa dos tipos de EES revelou que alguns precederam temporalmente outros: os EES de trabalho e geração de renda primordial para os sócios engatinhavam nos anos 1980 e exibiram um movimento ascendente, cada vez mais acelerado, até meados dos anos 2000; os EES de complementação de trabalho e renda mostravam curva

similar, porém mais oscilante, que sobrepujou os demais tipos no final do período; já os EES com remuneração insuficiente dos sócios salientavam-se desde os anos 1970, acompanhando o ritmo dos dois já citados, com cifras menores no período imediatamente anterior ao mapeamento.

Em paralelo ao surgimento progressivo dos EES, no Brasil os períodos antes e após 2000 foram marcados por uma conjuntura econômica diferenciada. Indicadores como Produto Interno Bruto (PIB) per capita, poder de compra do salário mínimo, taxa de desemprego e Índice de Gini demonstram que, especialmente a partir de 2000, ocorrem acréscimos e melhorias na renda média, no poder de compra do salário, na oferta de empregos e na distribuição de renda. A conjuntura econômica brasileira passou por uma inflexão no início dos anos 2000, modificando o grau de inserção das classes econômicas com menores rendimentos. A década seguinte configurou-se como um cenário de crescente oferta de empregos, de acréscimos na renda e de aumento do poder de compra do salário mínimo.

Tal comportamento sugere uma análise contrastando os dois períodos do ponto de vista do ritmo de criação dos EES. Com os EES divididos em dois grupos, conforme tenham sido criados até 1999 ou a partir de 2000, nota-se em primeiro lugar que os EES mais recentes concentram-se na área urbana, passando dos 23% dos EES criados até 1999 para 41% dos novos EES a contar do ano 2000. Os EES com atuação mista, urbana e rural, também são mais numerosos nesse segundo período. Visto que as zonas urbanas são mais impactadas pela oferta de emprego, a maior concentração de EES urbanos nos pós-2000 é o primeiro sinal de ligação entre a conjuntura econômica brasileira e a economia solidária. A hipótese aqui, como adiantado no início dessa seção, não consiste em dizer que teriam aparecido mais EES por causa da falta de emprego ou outras alternativas convencionais de ocupação, uma vez que essas aos poucos se ampliam no correr da década, mas exatamente porque, num quadro de crescente escolha e de reiterados apoios, é possível escolher. Sendo a formação de um EES um fato longe do trivial, do que são testemunhas as próprias incubadoras (França, 2008), seria o incremento relativo da segurança econômica trazida pelo contexto mais geral, associado aos instrumentos e estímulos dos programas de apoio à economia solidária, o que parece ter feito diferença.

Essa linha interpretativa vai ao encontro das premissas de importantes iniciativas de redistribuição condicionada de renda, como o Programa Bolsa-Família, do qual um grande contingente de sócios dos EES se tem beneficiado. Não é por falta de renda mínima, mas pela existência dela, que os trabalhadores podem enveredar por novos caminhos e persistir em sua concretização; no caso em tela, torna-se mais fácil fazer e sustentar uma aposta na economia solidária.

De outra parte, constata-se que os EES recentes apresentam-se mais como grupos informais, com um percentual de 37,8%, contra 14% dos EES anteriores ao ano de corte. Já as associações são mais comuns até 1999, não havendo diferenças relevantes no caso das cooperativas. Mesmo que sua formalização seja menos trabalhosa do que a das cooperativas, as associações requerem a existência de um agrupamento social, em geral de feições comunitárias, com uma vida associativa consistente e algum nível razoável de articulação. Faz sentido a supremacia das associações entre os EES que supõem maior continuidade dos laços comunitários, e em EES mais antigos, nos quais funcionam como um anteparo à realização de diferentes atividades, de natureza econômica, social e cultural. Já a informalidade condiz com a espontaneidade inicial dos EES, caracterizando grupos recentes e menores, desprovidos do número suficiente de membros para legalizarem-se como cooperativas, ou de um nível de coesão social ou de viabilização dos negócios que justifique bancar o ônus da formalização. Por seu turno, os EES informais vinculam-se globalmente ao contexto urbano e a um quadro de precariedade social acentuada. No plano das motivações, como vimos, direcionam-se à busca de uma fonte complementar de renda, de uma alternativa ao desemprego, mas também a maiores ganhos, associativamente, ou a uma atividade em que todos sejam donos¹¹. Dessa forma, na conjuntura econômica mais favorável que se configurou ao longo dos anos 2000, a profusão de informais não teria refletido um aprofundamento da precarização, mas uma reação em busca de novas oportunidades de ocupação e renda, supondo então disposição e disponibilidade para agir nessa direção. No caso da economia solidária, não apenas visando à renda, mas ao ambiente cooperativo e de valorização mútua, o que nos grupos informais diz respeito particularmente a mulheres das periferias urbanas, que talvez por isso mesmo predominam nesse segmento.

¹¹ O objetivo de complementação de renda aparece especialmente nos EES informais de produção e quando os sócios contam com proventos não vinculados a outra ocupação laboral concomitante, como aposentadorias e pensões, ou benefícios dos programas de redistribuição de renda.

O aprofundamento dessas análises requer que se distingam os fatores macrossociais, que afetam o conjunto da sociedade, dos fatores próximos aos protagonistas da economia solidária, sendo a conjunção entre eles o que explicaria porque esses indivíduos, e não outros, fizeram essa opção e nela se mantiveram. No plano micro, uma pesquisa já mencionada (Gaiger, 2004) contabilizou sobretudo fatores positivos, como o lastro associativo das lideranças populares locais, que reforçaram a atratividade da alternativa solidária. Os fatores negativos, a exemplo da precarização das relações laborais e da retração do mercado formal, apenas tornaram as opções usuais menos interessantes ou viáveis, cujo efeito indelével é o de semear a desesperança.

São as experiências positivas dos trabalhadores e sua capacidade de idealização o que converte uma possibilidade em projeto e ação prática. Perseverar na economia solidária não se explica pela falta de alternativas, mas pela escolha *dessa* alternativa. Uma escolha em boa medida suscitada por fatores profundamente ancorados na experiência popular, mas também na própria eclosão dos EES, precedida de uma fase de germinação que a muitos passou despercebida. A criação de ambientes favoráveis com vias de articulação entre as experiências, apoios e anteparos da sociedade e do Estado, cumpre a seguir o seu papel, selando em boa medida a sorte da economia solidária nos anos mais recentes.

4. Estratégias e trajetórias de vida e de trabalho

As estratégias dos trabalhadores reservam diferentes utilidades para os EES, no campo do trabalho ou em outros. Nossa quarta tese diz respeito a dados da pesquisa sobre os sócios e sócias, segundo os quais seu ingresso e permanência nos EES dependem de trajetórias de vida, por vezes extensas, bem como de ajustes que se operam entre as demandas de participação dos EES e o nível de interesse e disponibilidade de seus integrantes.

Iniciemos constatando que os principais integrantes dos EES, sócios e sócias, em sua maioria pertencem à população adulta economicamente ativa. No mapeamento, 87,5% dos EES declararam que seu quadro de associados é formado preponderantemente por pessoas adultas, 4% qualificaram-se como EES predominantemente de idosos e 4,4%, de jovens. Conforme os dados da pesquisa amostral, se considerarmos como adultas as pessoas de 20 a 60 anos, temos um percentual de 82,1%. Os jovens compreendem 2,0%; os idosos, 14,9%. Isto posto, quanto à manutenção econômica do núcleo familiar, em

apenas 22,4% dos casos o papel principal recai sobre terceiros (filhos, o cônjuge ou outro parente), sendo dividido pelo/a sócio/a com seu cônjuge em 35,6% das famílias e sendo assumido apenas pelo/a próprio sócio/a em 30% dos domicílios. Como 72,5% dos informantes se declararam casados e 74,4% tendo de 1 a 5 filhos, é patente a sua função de responsáveis e provedores no núcleo familiar¹².

Voltando ao mapeamento, apenas 6,9% dos informantes, já havendo ultrapassado a condição laboral ativa, gozam de proventos de aposentadoria ou pensões. Da mesma forma, são diminutos os percentuais de pessoas com algum tipo de impedimento ou limitação para o trabalho, como deficiência física ou mental ou transtornos mentais. Em compensação, 50,0% dos EES declararam haver no seu quadro social uma predominância de pessoas beneficiárias de programas de transferência de renda ou de benefícios de assistência. A Bolsa-Família é o programa mais citado, por 47% dos EES. O recebimento desses benefícios é mais frequente em EES com número maior de integrantes, com média de 80 membros. Depreende-se que provavelmente os benefícios sirvam de suporte para a permanência dos/as sócios/as nos EES quando a renda auferida é insuficiente, caso dos Tipos IV e V antes examinados.

Nas condições já conhecidas, não é surpreendente que os/as sócios/as tenham exercido uma ou mais ocupações ao longo de sua vida de trabalho, antes de seu ingresso nos EES; ou depois, uma vez que esses nem sempre têm por finalidade gerar trabalho e renda. Além disso, por vezes são ocupações exercidas há muito tempo: a ocupação exercida no último ano antes da entrevista, sem contar as atividades no próprio EES amostral, em 47,8% dos casos era desempenhada há 10 anos ou mais, em 15% deles atingindo 30 anos ou mais de exercício. Ao longo desse itinerário laboral, 20,4% dos/as sócios/as reconheceram ter ficado sem trabalho ou sem renda própria muitas vezes ou por longo tempo, ao passo que 32,5% enfrentaram dificuldades de emprego e renda poucas vezes ou por pouco tempo. Não acusaram infortúnios dessa ordem 45,4% deles, o que confirma a impropriedade de se ver a economia solidária precipuamente como um paliativo ao desemprego.

¹² Essa percepção confirma-se no fato de que apenas 27,9% dos informantes não possuem pessoas dependentes de seus rendimentos entre aquelas que com eles coabitam, sendo 21,3% aqueles com um único dependente. Nos demais casos, 50,3%, há dois ou mais dependentes.

Ao serem indagados, 94,5% dos informantes declararam já terem exercido ou estarem no exercício do que estimam a sua ocupação ou trabalho principal. Em alguns casos, trata-se de ocupações polivalentes (agricultor, serviços gerais, comércio, etc.) ou mais específicas (ligadas ao artesanato, à pesca e à reciclagem, por exemplo), que de um modo ou outro mantêm afinidades com atividades econômicas comuns nos EES. Esses representariam então um meio de prolongar, qualificar e tornar viáveis conhecimentos profissionais e ocupações anteriores, ou em certos casos agregar novas funções e propiciar aprendizados.

Como já discutido antes, os EES não constituem uma fonte exclusiva de rendimentos. No último ano em relação à data da pesquisa, 42,7% dos/as sócios/as trabalharam em alguma atividade econômica externa ao EES. Nesse caso, para 53,4% deles a remuneração em dinheiro teve R\$ 700,00 como limite máximo; na faixa imediatamente superior, 25,9% ganharam até R\$ 1.500,00 mensais. Ao lado disso, outras ocupações simultâneas citadas por um contingente menor, de 6,5%, acrescentam para eles um ganho médio de R\$ 954,00. Devem-se considerar ainda remunerações de fontes desvinculadas do trabalho atual, como aposentadorias e pensões públicas, que em média concedem R\$ 874,78 para 17,2% dos sócios/as, ou o Programa Bolsa-Família, que beneficia 23% dos sócios/as com um repasse médio de R\$ 150,45 mensais¹³.

Contando com um perfil ocupacional e um esquema econômico-financeiro indissociável do núcleo familiar, trabalhadores, usuários e consumidores ingressaram nos EES na cadência indicada pelo Gráfico 2. O nível de ingresso tende compreensivelmente a ser menor nos anos mais distantes do período da coleta, em função da mortalidade dos EES, o que vai excluindo os mais antigos do mapeamento, somando-se a isso a mortalidade natural das pessoas. Vê-se que a curva se mantém ascendente, registrando na década 2001-2010 o ingresso de 55,0% dos informantes. Na década anterior, o percentual foi de 22,5%; nos últimos três anos, de 11,4% . Os dados são congruentes com o processo de multiplicação gradativa dos EES, cujo ponto culminante se dá nos anos 2000, reiterando os efeitos da mudança conjuntural antes discutidos¹⁴.

¹³ Valores padronizados em referência a julho de 2013, da mesma forma que aqueles do mapeamento.

¹⁴ Essa coerência se mostra inclusive quanto ao pico de ingressos, 207, ocorrido em 2006, ano intermédio do triênio 2005-2007 durante o qual um maior número de EES começou suas atividades, de acordo com os dados do segundo mapeamento.

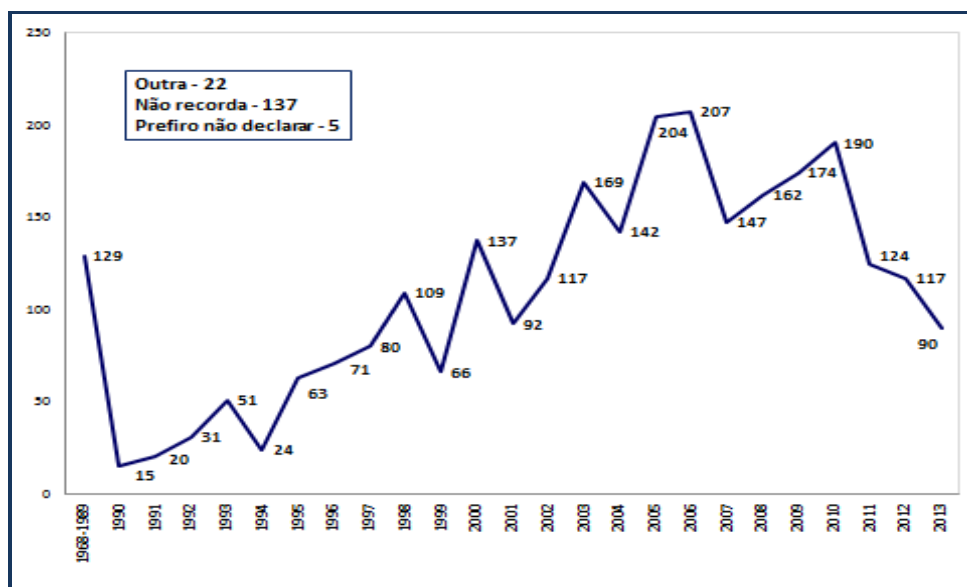


Gráfico 2 – Ingresso anual dos sócios/as nos EES (1968-2013).

Ainda do ponto de vista da inserção econômica dos/as sócios/as na economia solidária, é útil mencionar os principais produtos, benefícios ou serviços relacionados às atividades mais frequentes por eles exercidas nos EES, além de algumas cifras de referência:

- **Atividades de comercialização:** predominam produtos da atividade agropecuária, como milho, mandioca, feijão, café, arroz, banana, hortigranjeiros, derivados do leite, bovinos, etc. Em segundo lugar, produtos artesanais, como crochê, bordados, biojoias, geleias, própolis e derivados do mel. Dentre os/as sócios/as que comercializam, 1.196 (41,3% da amostra) declararam o valor das vendas no último mês, resultando na média de R\$ 713,87 por sócio/a.
- **Atividades de trabalho na produção ou na prestação de serviços:** de acordo com a classificação da CBO Domiciliar 2002, as ocupações mais citadas relacionam-se a coleta e seleção de materiais recicláveis, trabalho agrícola e agropecuário, costura e confecções, serviços gerais ou de transporte. Dos/as sócios/as cuja atividade principal no EES é o trabalho, 13,3% declinaram a remuneração percebida no último mês, cuja média é de R\$ 711,21 por sócio/a. É interessante frisar que 46,1% deles trabalham em equipes ou grupos e 27,3%, com todos os demais integrantes do EES, situações que predominam sobre o trabalho realizado com a família (10,3%) ou individualmente (15,6%). Uma expressiva maioria, de 80,7%, trabalha de modo permanente no EES, 8,7% em regime de trabalho temporário, 6,5%, sazonalmente e 3,6%, de forma eventual. Entre aqueles que trabalham permanentemente no EES, as remunerações mais frequentes situam-se entre R\$ 500,00 e R\$ 1.200,00.

- **Atividades de consumo e uso de infraestrutura:** os itens mais frequentes são a própria sede física do EES e sua infraestrutura, tratores, máquinas e implementos agrícolas, produtos de alimentação humana e animal, sementes e insumos, armazéns, serviços de lavoura, beneficiamento de grãos e serviços de saúde, educação, formação e assistência jurídica. Dentre os usuários desses bens e serviços, 289 (10,0% da amostra) referiram valores do último mês em que houve consumo, apurando-se uma média de R\$ 149,20 por sócio/a.

A variedade de atuações nos EES fica melhor compreendida à luz da tipologia antes proposta. Os EES de Tipo II exemplificam com nitidez que a economia solidária por vezes funciona como uma alavanca para viabilizar e fortalecer as atividades produtivas de distintas categorias de trabalhadores de baixa renda, com base na livre associação e na participação coletiva, sem com isso prescrever práticas econômicas populares anteriores. O papel dos EES consiste em contrabalançar as fragilidades inerentes da pequena produção, decorrência de sua diminuta escala de atividade, de sua descapitalização e de sua defasagem tecnológica, entre outros fatores limitantes.

Já a particularidade dos EES do Tipo III é que intencionam e conseguem remunerar a maior parte dos seus trabalhadores, em sua grande maioria formada por sócios que têm ali a sua principal fonte de renda. São todos EES de trabalho, empregado sobretudo na produção de bens, secundariamente na prestação de serviços. Esses EES são muitas vezes considerados como um modelo exemplar da economia solidária, uma vez que reúnem os requisitos de uma nova forma de trabalho e produção, conduzida pelos trabalhadores por meio da autogestão e da socialização parcial ou plena dos meios de produção. Contudo, sua ocorrência não reflete apenas um grau de consciência ou de vontade de seus integrantes, mas depende de circunstâncias objetivas específicas, não generalizáveis a todos os EES do tipo III e menos ainda aos dos tipos IV e V¹⁵.

No Tipo IV, os EES parecem cumprir o papel de promover a ativação econômica de beneficiários de programas de redistribuição de renda, fato que poderia representar um passo essencial para a superação de sua dependência econômica (Ferrari, 2008). Em contrapartida, funcionam como espaços de cultivo de vínculos sociais, como experiências de participação democrática que estimula a formação de novos sujeitos (Ferrari e

¹⁵ Esse assunto foi abordado com mais vagar anteriormente (Gaiger, Ferrari e Veronese, 2015).

Veronese, 2010), não obstante as adversidades cotidianas que enfrentam em situações acentuadas de pobreza, tanto em áreas rurais quanto em periferias urbanas.

Como demonstrado recentemente (Darós, 2016), a valorização de espaços de inserção social e de criação de laços, nas lides cotidianas dos EES e via mobilizações coletivas, talvez seja o que melhor apanhe o sentido da economia solidária para seus protagonistas. De todo o modo, o desenvolvimento desse campo de práticas descredencia a visão comum anos atrás que via tais experiências essencialmente como respostas emergenciais, lenitivas, diante da pobreza e do desalento, não constituindo senão uma reação defensiva, sobretudo no campo do emprego. Os dados do SIES refletem a natureza contraditória dos processos de ação social. Afastando-se posições céticas ou exaltadas, trazem argumentos quanto à compatibilidade entre papéis diversos exercidos pela economia solidária, quer seja de resistência, quer de reparação ou compensação, quer ainda de espaço propulsor de alternatividade.

Referências bibliográficas

- CADENA, Félix (Coord.) (2005). *De la economía popular a la economía de solidaridad*. Tlaxcala: El Colegio de Tlaxcala.
- CAYRES, Cleusa; RIMOLI, Josely (Orgs.) (2012). *Saúde mental e economia solidária – Armazém das Oficinas: um olhar para além da produção*. Campinas: Medita.
- CORAGGIO, José (Org.) (2009). *¿Qué es lo económico? Materiales para un debate necesario contra el fatalismo*. Buenos Aires: CICCUS.
- CHEDID, Flávio et al. (2013). *Empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Multifoco.
- DARÓS, Marilene (2016). *Vínculos sociais e felicidade: um estudo sobre as relações humanas na economia solidária*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.
- DIEESE (2015). *Informalidade na economia solidária: conhecendo e discutindo*. São Paulo (Coleção Cadernos de Debates do Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo, nº 1).
- FERRARINI, Adriane (2008). *Pobreza: possibilidades de construção de políticas emancipatórias*. São Leopoldo: Oikos.
- FERRARINI, Adriane; VERONESE, Marília (2010). Piracema: uma metáfora para o microempreendedorismo associativo no Brasil. *Otra Economía*, IV (7): 131-152.

- FRANÇA FILHO, Genauto; LAVILLE, Jean-Louis (2004). *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: UFRGS Editora.
- FRANÇA, Bárbara et al. (2008). *Guia de Economia Solidária: ou porque não organizar cooperativas para populações carentes*. Niterói: Editora da UFF.
- GAIGER, Luiz (Org.) (2004). *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS.
- GAIGER, Luiz (2007). A outra racionalidade da economia solidária; conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 79: 57-77.
- GAIGER, Luiz (2011). Relações entre equidade e viabilidade nos empreendimentos solidários. *Lua Nova*, 83: 79-109.
- GAIGER, Luiz (2012). Por um olhar inverso: prismas e questões de pesquisa sobre a economia solidária. *Revista Sociedade e Estado*, 27 (2): 313-335.
- GAIGER, Luiz (2013). Práticas sociais e conhecimento acadêmico no campo da economia solidária. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 73: 5 - 20.
- GAIGER, Luiz (2014). Conhecer globalmente: um desafio inadiável dos estudos sobre a economia solidária. *Otra Economía*, 8 (14): 101-113.
- GAIGER, Luiz (2015). A economia solidária na contramarcha da pobreza. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 79: 43-63.
- GAIGER, Luiz (2016). *A descoberta dos vínculos sociais. Os fundamentos da solidariedade*. São Leopoldo: Editora Unisinos.
- GAIGER, Luiz; CORRÊA, Andressa (2010). A história e os sentidos do empreendedorismo solidário. *Otra Economía*, IV (7): 153 - 176.
- GAIGER, Luiz et al. (2014). *A economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais*. São Leopoldo: Oikos.
- GAIGER, Luiz; FERRARINI, Adriane; VERONESE, Marília (2015). *Social Enterprise in Brazil: an Overview of Solidarity Economy Enterprises*. ICSEM Working Papers, 10. Liège: Centre d'Économie Sociale.
- GAIGER, Luiz; SANTOS, Aline (Orgs.) (2016). *Solidariedade e ação coletiva. Trajetórias e experiências*. São Leopoldo: Editora Unisinos [no prelo].
- GARDIN, Laurent (2006). *Les initiatives solidaires. La réciprocité face au marché et à l'État*. Ramonville Saint-Agne: Éditions Ères.
- KALECKI, Michal (1983). *Teoria da dinâmica econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista*. São Paulo: Abril Cultural.
- KUYVEN, Patrícia (2016). *Economia solidária no Brasil: uma alternativa para redução da pobreza através da geração de renda*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

- LEITE, Márcia (2009). A economia solidária o trabalho associativo: teorias e realidades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24(69): 31-51.
- LIMA, Jacob (2012). Cooperativas, trabalho associado, autogestão e Economia solidária: a constituição do campo de pesquisa no Brasil. In: GEORGES, I.; LEITE, M. (Orgs.). *Novas configurações do trabalho e economia solidária*. São Paulo: Annablume, p. 195-221.
- MIRANDA, Daniela (2011). *A democracia dialógica: uma análise das iniciativas da Economia Solidária*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. São Leopoldo, Unisinos.
- NAMORADO, Rui (2007), Cooperativismo – história e horizontes. *Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania*, 1: 9-35.
- PINTO, João (2006). *Economia solidária; de volta à arte da associação*. Porto Alegre: UFRGS.
- RIBEIRO, Eduardo; GALIZONI, Flávia; ASSIS, Thiago (2012). *Comercialização solidária no Brasil: uma estratégia em rede*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- SEBRAE (2007). *Fatores condicionantes e taxas de sobrevivência e mortalidade das micro e pequenas empresas no Brasil: 2003-2005*.
Disponível em <<http://www.biblioteca.sebrae.com.br>>.
- SINGER, Paul (2002). *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- VERONESE, Marília (2008). *Psicologia social e economia solidária*. São Paulo: Ideias & Letras.